



ÁREA DO

CONCURSEIRO

SIMULADO DIREITO PENAL

Prezado Cliente,

Com o objetivo de fornecer um material preparatório para os clientes da Editora Solução, estamos disponibilizando conteúdo didáticos gratuitos, que foram utilizados em nossas apostilas.

Nossa intenção é oferecer conteúdos de qualidade e principalmente, manter nossos candidatos atualizados e motivados para a conquista do sonhado cargo público.

Vamos a luta, há muitas etapas para serem cumpridas!

Comece agora, comece pela maneira certa!



201) Estudando as lesões corporais assinale a alternativa incorreta.

- a) se o agente comete o crime impelido por motivo de relevante valor social ou moral o sob domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima, o juiz pode reduzir a pena de um sexto a um terço.
- b) o juiz, mesmo sendo graves as lesões, pode substituir a pena de detenção pela de multa se as lesões forem recíprocas.
- c) Aumenta-se a pena de um terço se as lesões forem dolosas e a vítima for menor de quatorze ou maior de sessenta anos. (artigo 129, §7º, combinado com o artigo 121, §4º).
- d) Aplica-se à lesão culposa o disposto no artigo 121, §5º, quando as consequências do crime atingirem o agente de forma tão grave (física ou psicológica), que a sanção penal é desnecessária, o juiz pode deixar de aplicar a pena.

RESPOSTA: B. Pois não está de acordo com o artigo 129, §5º, II, neste caso somente é aplicável às lesões leves.

202) Sobre o crime de peculato, previsto no artigo 312, do Código Penal aponte a alternativa correta.

- a) comete o crime o funcionário público que se apropria de dinheiro, valor, imóvel e ou outro qualquer outro bem móvel.
- b) comete o crime o funcionário desvia dinheiro, valores, bens móveis ou imóveis que tem a posse em razão do cargo.
- c) também comete o funcionário que, embora não tenha posse do dinheiro, valores ou bens móveis, o subtrai, ou concorre para que seja subtraído, em proveito próprio ou alheio, valendo-se de facilidade que lhe proporciona a qualidade de funcionário.
- d) se o peculato for culposos a reparação do dano, se precede à sentença irrecorrível, reduz a pena em um terço, se após, reduz a pena em metade.

RESPOSTA: C. Sendo tal alternativa prevista no artigo 312, §1º, do Código Penal, crime este chamado de PECULATO FURTO, pois a conduta do funcionário público é subtrair.

A alternativa A é errada pois bens imóveis não podem serem apropriados neste crime, que prevê como objeto material (onde recai o crime) dinheiro, valores, bens móveis públicos ou particulares que estão à disposição ou na guarda da administração pública. Por igual motivo a alternativa B também é errada pois prevê bens imóveis. Já a alternativa D é errada pois na hipótese de peculato culposos, a reparação do dano antes da sentença irrecorrível extingue a pena, se depois, reduz a metade da pena. LEMBRAR QUE SE APLICA SOMENTE NO PECULATO CULPOSO !

203) Aponte a assertiva correta

- a) o funcionário autorizado que insere indevidamente dados falsos ou verdadeiros comete o crime de inserção de dados falsos em sistemas de informações, previsto no artigo 313-A, o chamado Peculato Eletrônico.
- b) o funcionário autorizado que altera ou exclui dados corretos ou falsos indevidamente dos bancos de dados da administração comete o delito do artigo 313-A.
- c) o funcionário autorizado que, indevidamente, facilitar a inserção de dados falsos no banco de dados da administração publica comete o crime previsto no artigo 313-A do Código Penal.
- d) o funcionário que modificar sistema de informações ou programa de informática, mesmo que autorizado pela autoridade competente comete o crime previsto no artigo 313-B, do Código Penal.

RESPOSTA: C, pois está em conformidade com o artigo 313-A, do Código Penal. As alternativas A e B são erradas pois prevêm a inserção de dados verdadeiros e a exclusão de dados falsos, sendo que tais atos são a obrigação do funcionário publico. Quem insere dados verdadeiros está cumprido o seu dever. Por sua vez, quem exclui dados falsos também está cumprido o seu dever. Já a alternativa D é errada pois as ações descritas na alternativa não podem ter sido autorizadas pela autoridade competente.

204) Aponte a alternativa que está em conformidade com o texto do Código Penal.

- a) comete o delito do artigo 314 do Código Penal o funcionário que extravvia, culposamente, livro oficial ou qualquer documento, de que tem a guarda em razão do cargo.
- b) comete o delito do artigo 314 do Código Penal o funcionário que inutiliza dolosamente, livro oficial ou qualquer documento, de que tem a guarda em razão do cargo.
- c) comete o delito do artigo 313 do Código Penal, peculato mediante erro de outrem, ou peculato estelionato quem se apropria de dinheiro ou qualquer outra utilidade que, mesmo que não estiver no exercício do cargo, recebeu por erro de terceiros.
- d) comete o delito do artigo 315 do Código Penal quem destina verbas ou rendas publicas conforme previsto em lei.

RESPOSTA: B, o artigo 314 somente prevê o cometimento deste crime na forma dolosa, pois não há previsão do cometimento na forma culposa, portanto, a alternativa A é incorreta. Já a assertiva C é incorreta pois o peculato estelionato deve ser cometido pelo funcionário que recebe, no exercício do cargo, dinheiro ou qualquer outra utilidade por erro de outrem. A alternativa D é falsa pois quem dá às rendas e verbas publicas a destinação prevista na lei não comete crime, pois é dever do cargo.

205) Sobre o crime de concussão, previsto no artigo 316 do Código Penal, assinale a incorreta

- a) comete o crime o funcionário publico que exige somente para si , direta ou indiretamente, vantagem indevida, em razão do cargo, mesmo que fora da função ou antes de assumi-la.
- b) comete o crime de excesso de exação o funcionário público que exige tributo que sabe ser indevido.
- c) comete o crime de excesso de exação o funcionário público que exige tributo devido, mas emprega na cobrança meio vexatório ou gravoso para o contribuinte, que a lei não autorize.
- d) se o funcionário desvia, em proveito próprio ou alheio, o que recebeu indevidamente para recolher aos cofres públicos terá a pena agravada em relação àquela prevista no caput do artigo 316.

RESPOSTA: A. O delito do artigo 316 pune a exigência feita pelo funcionário publico em proveito próprio ou de outrem, por isso a alternativa A é incorreta. As demais alternativas são corretas, pois trazem o texto previsto nos parágrafos primeiro e segundo do artigo 316, do Código Penal.

206) O delito de corrupção passiva é previsto no artigo 317 do Código Penal. Diante do exposto e de acordo com o texto do Código Penal, assinale a afirmação correta.

- a) comete tal crime o funcionário publico que exige para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida.
- b) comete tal crime o funcionário publico que constrange mediante violência ou grave ameaça a obtenção de vantagem indevida, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela.
- c) a pena é aumentada de um terço, se, em consequência da vantagem ou promessa, o funcionário retarda ou deixa de praticar qualquer ato de ofício ou o pratica infringindo dever funcional.
- d) se o funcionário pratica, deixa de praticar ou retarda ato de ofício, mesmo que sem infração de dever funcional, cedendo a pedido ou influencia de outrem, terá a sua pena reduzida para detenção de três meses a um ano ou somente a pena de multa.

RESPOSTA: C, pois está de acordo com o artigo 317, §1º, do CP. As alternativas A e B, trazem os verbos, respectivamente, dos crimes de concussão e extorsão. A alternativa D é errada pois tal crime é praticado se o servidor infringir dever funcional.

207) Aponte a assertiva que não corresponde ao texto do Código Penal.

- a) quem facilita, com infração de dever funcional, a prática de contrabando ou descaminho comete a crime de facilitação de contrabando ou descaminho.
- b) retardar, indevidamente, ato de ofício ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse pessoal ou sentimento pessoal é o que consta no crime de prevaricação, previsto no artigo 319 do Código Penal.
- c) quem deixa de praticar, devidamente, ato de ofício para satisfazer interesse publico comete o crime de prevaricação, previsto no artigo 319 do Código Penal.
- d) deixar o Diretor de Penitenciária ou agente público de cumprir o seu dever de vedar ao preso o acesso a aparelho telefônico, permitindo, assim a comunicação com os outros presos e com o ambiente externo é texto previsto no artigo 319-A do Código Penal.

RESPOSTA: C, pois o funcionário público que deixa de praticar ato de ofício, devidamente, para atender o interesse publico não comete crime algum, ao contrário estará cumprindo o seu dever.

208) Assinale a alternativa correta de acordo com o que está previsto no texto do Código Penal.

- a) Comete o crime de condescendência criminosa quem deixa, em troca de vantagem indevida, de responsabilizar o funcionário subordinado que cometeu infração no exercício do cargo.
- b) Comete o crime de condescendência criminosa quem deixa, por indulgência, de levar ao conhecimento da autoridade competente, quando não for competente, funcionário que cometeu infração no exercício do cargo.
- c) Comete o crime de advocacia administrativa quem patrocinar, direta ou indiretamente, interesse público, perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário.
- d) Se tal interesse público for ilegítimo a punição será de detenção de três meses a um ano, além da multa.

RESPOSTA: B, pois está de acordo com o que está disposto no artigo 320 do Código Penal. A alternativa A é incorreta pois a omissão na responsabilização do funcionário faltoso é devido a indulgência, e não em troca de vantagem indevida. A alternativa C é incorreta pois o crime de advocacia administrativa é quando o funcionário patrocina, ou melhor, representa interesses privados e não públicos, em seu benefício ou de terceiros perante a administração pública. A alternativa D é incorreta pois a pena é agravada quando o interesse privado for ilegítimo e não como constou na assertiva, interesse público. Interesse público é sempre legítimo !

209) Estudando os crimes praticados pelo funcionário público contra os interesses da administração pública, previstos no Código Penal, assinale a alternativa incorreta.

- a) Comete o crime previsto no artigo 322, violência arbitrária, quem praticar violência, no exercício da função ou a pretexto de exercê-la.
- b) Comete o crime previsto no artigo 323, abandono de função, quem abandonar cargo público, fora dos casos permitidos em lei.
- c) Se o abandono de cargo resultar prejuízo particular será punido com detenção de três meses a um ano, além da multa.
- d) Se o abandono de cargo ocorrer em lugar compreendido na faixa de fronteira será punido com detenção de um a três anos e multa.

RESPOSTA: C. Pois, conforme está previsto no artigo 323, §1º

, do Código Penal, se do abandono resultar prejuízo público a pena será a que está prevista na alternativa e, não como constou.

210) Sobre o crime de violação de sigilo funcional, previsto no artigo 325 do Código Penal, assinale a alternativa correta.

- a) comete o crime quem revelar fato de que tem ciência em razão do cargo e que deva permanecer em segredo, sendo que a lei não pune quem facilita a revelação.
- b) também comete o crime quem permite, mediante atribuição, fornecimento e empréstimo de senha ou qualquer outra forma, o acesso de pessoas autorizadas a sistemas de informações ou banco de dados da Administração Pública.
- c) comete o crime também quem se utiliza, devidamente, do acesso restrito.
- d) se da ação ou omissão resultar dano à Administração Pública ou a outrem será punido com a pena de reclusão de dois a seis anos, além da multa.

RESPOSTA: D. Estando de acordo com o que está disposto no artigo 325, §2º, do Código Penal.

A alternativa A é incorreta, pois a lei pune também quem facilita a revelação.

A alternativa B é incorreta, pois a lei incrimina o acesso a pessoas não autorizadas, conforme está previsto no artigo 325, §1º, I, do Código Penal.

A alternativa C é incorreta, pois a lei incrimina o acesso restrito indevidamente.